



***TERRA, PODER E DIREITO NO BRASIL: DESCRREVENDO E INTERPRETANDO
O DIREITO DE PROPRIEDADE NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL.***

Marcela Flávia Mileo Vieira¹, Paulo Henriques da Fonseca²

RESUMO

O ordenamento jurídico brasileiro conta em seu histórico um total de 6 Constituições Federais e uma Emenda Constitucional, a qual é considerada por muitos doutrinadores como um sétimo texto normativo. Dentre os assuntos que devem ser abordados por um texto constitucional, tais como direitos e garantias fundamentais, separação de poderes e etc, aquele que está presente em todas as CFs é o direito de propriedade, o qual é elevado ao patamar de instituição, buscando, assim, o regulamentar com a finalidade de garantir uma convivência jurídico-formal em torno da mesma. Da análise histórica e política da propriedade em termos materiais e concretos o cenário é de violência, conflitos e tensões, pois é nesse campo que as desigualdades sociais, políticas, raciais e econômicas se mostrou muito acentuado ao longo da história brasileira. No presente trabalho, busca-se realizar um esquema comparativo entre os avanços no direito de propriedade dentre as constituições brasileiras, considerando-as como expressões textualizadas das escolhas da sociedade e do Estado em cada época. Para tanto, utiliza-se o método histórico-comparativo, mapeando processos históricos específicos e seus impactos na visão do legislador de cada época, analisando os resultados dos mesmos a partir de categorias convencionadas. Ademais, buscou-se referências na literatura contemporânea, observando os impactos das mudanças na sociedade, bem os reflexos apontados pelos sociólogos e juristas da época em que essas Constituições vigoram. Na análise se buscaram as variações acerca das diferentes abordagens dos termos correlatos à propriedade, quais sejam: solo, terra e posse, de um texto constitucional para o seu sucessor. O trabalho foi realizado com base em consultas em fontes documentais e literárias, bem como visitas aos sítios eletrônicos.

Palavras-chave: Constituição Federal, Direito de Propriedade, Solo.

¹Aluna do Curso de Direito, Unidade Acadêmica de Direito, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: marcelamileo3@gmail.com

²Doutor em Direito, Professor Adjunto III, Unidade Acadêmica de Direito, UFCG, Sousa - PB, e-mail: profpepaulo@gmail.com

***EARTH, POWER AND LAW IN BRAZIL: DESCRIBING AND INTERPRETING
PROPERTY RIGHT IN BRAZIL'S CONSTITUTIONS.***

ABSTRACT

The Brazilian legal system has in its history a total of 6 Federal Constitutions and a Constitutional Amendment, which is considered by many scholars as a seventh normative text. Among the issues that must be addressed by a constitutional text, such as fundamental rights and guarantees, separation of powers, etc., the one that is present in all FCs is the right of property, which is elevated to the level of institution, seeking, thus, the regulation with the purpose of guaranteeing a legal-formal coexistence around it. From the historical and political analysis of property in material and concrete terms, the scenario is one of violence, conflicts and tensions, since it is in this field that social, political, racial and economic inequalities have been very accentuated throughout Brazilian history. In the present work, we seek to carry out a comparative scheme between the advances in property law among Brazilian constitutions, considering them as textualized expressions of the choices of society and the State in each era. For this, the historical-comparative method is used, mapping specific historical processes and their impacts in the view of the legislator of each era, analyzing their results from agreed categories. Furthermore, references were sought in contemporary literature, observing the impacts of changes in society, as well as the reflexes pointed out by sociologists and jurists of the time when these Constitutions were in force. In the analysis, variations on the different approaches to terms related to property were sought, namely: soil, land and possession, of a constitutional text for its successor. The work was carried out based on consultations in documentary and literary sources, as well as visits to electronic sites.

Keywords: Federal Constitution, Property Law, Soil.